



Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 67 15/09/2014

## **1. Semiárido Nordestino: escassez de água chega a um estágio crítico.**

No mês de setembro de 2014, a sobrevivência da população do Semiárido nordestino passa por um momento crucial por causa de três anos seguidos sem chuvas normais. Muitos mananciais, que forneciam água para abastecer as necessidades de cidades, secaram ou estão com níveis de sua capacidade abaixo de 20%. Os sistemas de abastecimento originais – como: coleta, tratamento e distribuição – entraram em colapso há meses e foram substituídos por adutoras emergenciais ou frotas de carros pipa que, sob a coordenação da Defesa Civil e do Exército, executam os serviços tradicionais. Centenas de quilômetros de tubulações de lançamento rápido foram estendidas de forma improvisada para substituírem as adutoras, que, por hora, estão fora de uso. Além disso, há um número muito grande de carros pipa trafegando diariamente pelas estradas da região conduzindo o produto a distâncias cada vez maiores. No entanto, essas foram as alternativas encontradas pelo poder público para levar água a milhões de habitantes, dispersos por centenas de cidades, distritos e zonas rurais.

Quando há falhas ou atrasos no fornecimento da água, os transtornos para o funcionamento normal das cidades são grandes. No dia em que a água não chega, o que ocorre com frequência, a rede escolar suspende as aulas por absoluta falta de condições para o preparo da merenda escolar e por tornar precárias as condições higiênicas; assim como os hospitais interrompem procedimentos cirúrgicos e as famílias sentem falta do produto para as tarefas caseiras.

Em virtude da ocorrência de chuvas em algumas áreas da região, muitos municípios tiveram o serviço de abastecimento de água por carro pipa interrompido, após avaliação da Defesa Civil, mas esse mesmo serviço teve de ser retomado, após muita reclamação. A previsão para a normalização do abastecimento de água é a partir de março de 2015, início da estação de chuvas no Semiárido, e mais alguns meses para que os reservatórios recuperem o nível de capacidade que permita o funcionamento dos sistemas de abastecimento originais.

## **2. Gerenciamento de conflitos pelo uso da água.**

Centenas de municípios se encontram em condições de grandes dificuldades pela falta de água em quantidade e qualidade, o que deixa as pessoas apreensivas. Grande parte das populações urbanas e rurais, dispersas por todo o Semiárido, tem água apenas pelo programa emergencial coordenado pelo Exército Brasileiro e pela Defesa Civil. A água é levada aos municípios, distritos e propriedades rurais a partir de mananciais cada vez mais distantes, via carro pipa ou adutoras emergenciais.

Diante dessa escassez, tem havido conflitos pelo uso da água entre estados e municípios. Há também embate por finalidade como: pesca, navegação, produção de energia elétrica, irrigação de lavouras e pastagens, parques industriais, setor de serviços e consumo humano residencial. Nessas condições as partes interessadas se reúnem com os representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de firmar um acordo de uso entre seus usuários, com base nos marcos regulatórios.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Esses marcos regulatórios são um conjunto de regras gerais sobre o uso da água em uma bacia, definidas pelas autoridades outorgantes com a participação dos usuários dos recursos hídricos. Essas regras passam a valer como um marco referencial de regularização dos usos da água da bacia, a partir do qual será desenvolvida a gestão dos seus recursos hídricos. A partir deles, a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos gestores estaduais passam a compartilhar o gerenciamento das bacias e aplicam os instrumentos de gestão previstos na Política de Águas. Após as apresentações e debates é assinado um Acordo de Uso da Água, em que os usuários se comprometem a buscar soluções eficientes para diminuir os conflitos na região.

Os conflitos pelo uso das águas são comuns e ocorrem não apenas na Região Nordeste, mas em outros estados do País, como atualmente na região Sudeste que atravessa severa estiagem. As disputas pelo uso das águas do Rio São Francisco são bem antigas e agravaram-se com a concepção do projeto para transpor parte de suas águas com intuito de atender às necessidades de alguns estados nordestinos.

O uso das águas do São Francisco foi historicamente destinado à navegação, por isso passou a ser denominado Rio da Integração Nacional – por ligar as regiões Nordeste e Sudeste. De meados de 1950 em diante, foram construídas represas para a geração de energia como Três Marias (em Minas Gerais); e Sobradinho, Xingó e Paulo Afonso na divisa da Bahia com Pernambuco. Um terceiro uso, mais recente, destinou-se para a irrigação de lavouras em toda a extensão do Rio. E, por fim, o grande projeto de transpor parte de suas águas para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

### **3. Plano Nacional de Segurança Hídrica.**

O Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas, em parceria com Banco Mundial e os Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, das Cidades e das Relações Exteriores, apresentaram o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH – com o objetivo de garantir a oferta de água no País, por meio da gestão integrada dos recursos hídricos. O Plano abrange o território nacional e tem como foco o Nordeste Setentrional; a bacia do rio Parnaíba; o eixo São Paulo e Rio de Janeiro; a Região Sul; o leste da Bahia; e o norte de Minas Gerais, isto é, áreas críticas, tanto em termos de enchentes como de secas.

O PNSH visa definir as principais intervenções estruturantes e estratégicas de recursos hídricos para todo o País – tais como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração –, mister por garantirem a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas. O Plano pretende reduzir os riscos associados a eventos críticos como secas e cheias. A sua execução deve ser operacionalizada pelo Ministério da Integração Nacional e pelos parceiros no âmbito federal e estadual. O PNSH analisará os usos setoriais da água, os conflitos já existentes e os potenciais, assim como os impactos na utilização da água em termos de quantidade e qualidade. Está prevista a conclusão do Plano em dois anos, com horizontes de identificação de demandas efetivas para 2020 e 2035 para as ações e obras a serem propostas.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

O PNSH é uma das ações do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS), uma iniciativa de órgãos públicos federais para aperfeiçoar a coordenação de ações no setor de recursos hídricos. Busca, ainda, criar condições para que os setores envolvidos com o uso da água possam se articular e planejar suas ações de maneira racional e integrada, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão do setor, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País.

Uma das diretrizes do Plano é que as obras tenham natureza estruturante e abrangência interestadual, ou relevância regional, e garantam resultados duradouros em termos de segurança hídrica. Segundo a ANA, a segurança hídrica considera a garantia da oferta de água para o abastecimento humano e para as atividades produtivas em situações de seca, estiagem ou desequilíbrio entre oferta e demanda do recurso. Além disso, o conceito abrange as medidas relacionadas ao enfrentamento de cheias e da gestão necessária para a redução dos riscos associados a eventos críticos.

#### **4. Transposição de águas do Rio São Francisco: novo prazo de outorga.**

O projeto da Transposição do Rio São Francisco – orçado em R\$ 8,2 bilhões – terá o prazo de entrega da obra estendido para setembro de 2016, no que tange à renovação das condicionantes de outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Ressalta-se que esse novo prazo em nada afeta a previsão de conclusão das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que é dezembro de 2015.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, a outorga na Agência Nacional de Águas venceria em setembro de 2014, por isso foi solicitada a renovação do prazo. O Ministério informa que a Meta 1L, de 16 km, localizada em Floresta (PE), já entrou em fase pré-operacional, tendo os seus primeiros seis quilômetros preenchidos com água no canal de aproximação. Ao todo, a obra encontra-se com 62,4% de conclusão. A ANA informou que a nova data não significa necessariamente o término da obra, mas sim o seu uso efetivo, com a água do São Francisco correndo pelos canais da transposição.

#### **5. Rio São Francisco: redução de descarga mínima de reservatórios.**

O Diário Oficial da União, de 26 de agosto, publicou a Resolução nº 1.258/2014, da Agência Nacional de Águas prorroga redução temporária de descarga mínima no Rio São Francisco até 30 de setembro. que prorroga de 31 de agosto para 30 de setembro a redução temporária da descarga mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no São Francisco. Com isso, as barragens continuam autorizadas a liberar a partir de 1.100m<sup>3</sup>/s, em vez do patamar mínimo de 1.300m<sup>3</sup>/s. A diminuição da vazão foi solicitada à ANA pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A redução temporária da vazão mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó leva em consideração a importância dos reservatórios de Sobradinho, de Itaparica, de Apolônio Sales e do complexo de Paulo Afonso e Xingó, para o atendimento dos usos múltiplos da bacia. A medida adotada deve-se ao menor volume de chuvas na bacia do São Francisco nos últimos anos. Desde a Resolução nº 442 da ANA, de 8 de abril de 2013, está em vigor o patamar mínimo de 1.100m<sup>3</sup>/s.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

De acordo com as Resoluções, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), responsável por aplicar a redução temporária, está sujeita à fiscalização da Agência. A CHESF também deve dar publicidade sobre as informações técnicas da operação aos usuários da bacia e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), durante o período de vazões defluentes mínimas reduzidas.

Além do mais, no rio São Francisco, a ANA e o ONS autorizaram a redução da vazão defluente do reservatório Três Marias de 190m<sup>3</sup>/s para 170m<sup>3</sup>/s, desde o dia 20 de agosto. O objetivo é preservar os estoques hídricos do reservatório até o fim da estiagem.

A medida repercutiu negativamente junto às colônias de pescadores do estado de Sergipe, que afirmam não terem sido avisadas com antecedência e pretendem, juntamente com representantes das demais colônias de pescadores, agirem contra a medida da ANA.

#### **6. Nordeste: Importância da transferência de renda para a Região.**

A longa estiagem deixa os produtores rurais vulneráveis e carentes de renda para sua sobrevivência. Essa condição se estende para as pequenas cidades do interior cujo comércio sofre pela falta de consumidores.

Os programas assistenciais suprem, em parte, as necessidades da população atingida via transferência de renda sob as várias formas de ajuda, tais como bolsa estiagem, carro pipa, milho balcão, emprego em frentes de serviços em obras emergenciais e estruturais. Essas ações socorrem as populações carentes ao mesmo tempo em que as mantêm em suas origens e evita as migrações em larga escala como geralmente ocorria em eventos de secas do passado.

Uma estiagem de três anos consecutivos desestrutura a economia local e a sua recuperação não se faz tão facilmente. A renda externa fornecida pelos vários planos emergenciais sustenta as populações rurais e mesmo as urbanas das pequenas cidades. A interrupção ou atraso dessas remessas, sob qualquer de suas formas, causa sérios transtornos para uma região fragilizada. A recuperação das atividades econômicas, após a normalização das chuvas, demandará tempo a fim de que as unidades produtivas se refaçam.